




# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

**PARECER N. : 0254/2025-GPETV**

**PROCESSO N° : 0993/2022**   
**INTERESSADO : ELIANA PASINI E OUTROS**  
**ASSUNTO : BLITZ NA SAÚDE (AÇÃO I) - UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - 3º MONITORAMENTO (ACÓRDÃO APL-TC 00055/22 - PROC. 1615/2021)**  
**UNIDADE : PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**RELATOR : CONSELHEIRO FRANCISCO CARVALHO DA SILVA**

Versam os autos a respeito do 3º Monitoramento da ação Blitz na Saúde, inspeções realizadas nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs - Leste e Sul), e Policlínicas Ana Adelaide e José Adelino, unidades de saúde pertencentes à gestão municipal de saúde de Porto Velho.

Após a prolação do derradeiro Relatório Técnico (ID 1828197) vieram os autos ao *Parquet* de Contas para manifestação nos termos do art. 80, I, da Lei Complementar n. 154/96.

Eis a epítome do relato.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, deve ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos da população,



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

revela-se ainda que o seu acesso obrigatoriamente será universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, como estatui o art. 196, da CF.

Nesta senda, há de se exaltar a atuação da Corte de Contas Estadual desde fevereiro de 2024, que vem atuando rotineiramente com inspeções e auditorias em diversas unidades de saúde de todos os 52 municípios que englobam o Estado de Rondônia, na busca pelo aperfeiçoamento da gestão da saúde, mas especialmente no acréscimo quantitativo e qualitativo na prestação destes serviços à população (destinatário final dos serviços).

Insta consignar, consoante apontado pela Unidade Técnica (ID 1828197), as ações da Blitz da Saúde realizadas na UPA Zona Leste e Sul, bem como nas Unidades Municipais de Saúde Ana Adelaide e José Adelino, foram realizadas no ano de 2019, isto é, há de 5 anos da presente data, assim este largo lapso comprometeria a aferição precisa do cumprimento das medidas apontadas em Plano de Ação apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho.

Não obstante, o objeto destes autos está incluso nas auditorias e inspeções recentemente realizadas pela egrégia Corte de Contas nas unidades de saúde retrocitadas, como informado pela Secretaria Geral de Controle Externo do TCE/RO (ID 1828197):



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

“Diante da situação retro relatada, entende esta Unidade Técnica ser viável recomendar o arquivamento dos presentes autos, principalmente tendo em vista que esta Corte de Contas a partir de fevereiro de 2024, com a publicação da Portaria n. 113, de 12 de fevereiro de 2024 (ID 1827011), iniciou o planejamento, execução e relatório de inspeção nas unidades de atendimento de saúde de urgência e emergência municipal em todos os 52 (cinquenta e dois) municípios do Estado de Rondônia, com o escopo de aferir os seguintes aspectos: presença de pessoal; equipamentos; condições físicas da unidade; controle de medicamentos; canais de comunicação; cobertura e estratégia; nível de satisfação dos usuários e gestão e responsabilidade. Logo, não mais havendo a necessidade de continuar a análise do feito constante do presente processo, pois os fatos remontam a 2019. 8. Observou-se ainda que as fiscalizações nas unidades de saúde de Porto Velho, quais sejam: Upa Leste; Upa Sul Pronto Atendimento José Adelino e Ana Adelaide, estão sendo alvo de fiscalizações desta Corte de Contas desde o ano de 2024 até o presente momento, conforme se atesta nos processos SEI's 003152/2024; 000232/2025; 003309/2025 e 004903/2025”. Grifo não original.

Assim, considerando-se o princípio da economicidade e eficiência também aplicáveis às auditorias públicas, vez que o custo das fiscalizações (auditorias e inspeções) pudente não sejam maiores que o resultado efetivo almejado, já que inviabilizaria a utilidade material e processual disposta nos autos.

Neste sentido, traz-se à baila a jurisprudência da egrégia Corte de Contas Estadual:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. NÃO LOCALIZAÇÃO DE BENS MÓVEIS. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PROCESSO QUE NÃO SE DESENVOLVEU DE FORMA VÁLIDA E REGULAR. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

1. O processo de Tomada de Contas Especial (TCE) deve ser extinto, sem resolução de mérito, quando ausente o interesse de agir da Corte de Contas na persecução processual, ao se evidenciar ser contraproducente continuar com a ação de controle por se revelar mais custosa do que o potencial resultado final pretendido (relação custo/benefício), em homenagem aos princípios da seletividade, racionalização administrativa, razoabilidade, economicidade e celeridade processual; e, substancialmente, diante da falta de atendimento aos pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular por falhas no



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

estabelecimento do nexo causal, ao não se descrever a conduta individualizada dos agentes públicos firmando-se o liame com os potenciais resultados ilícitos pela não localização de bens patrimoniais, com fundamento no art. 29 do Regimento Interno e art. 99-A da Lei Complementar nº 154/96 c/c art. 485, IV e VI, do Código de Processo Civil. (Precedentes: Acórdão nº 00188/16 – Pleno, Processo nº 03839/14 – TCE/RO; Acórdão nº 0473/16 – Pleno, Processo nº 03535/14 – TCE/RO; Acórdão nº 0192/17 – Pleno, Processo nº 04765/16 – TCE/RO; Acórdão nº 00053/20 – Pleno, Processo nº 00115/19 TCE/RO; Acórdão APL-TC 00206/16, Processo nº 01904/14 – TCE/RO).

2. Extinção sem resolução de mérito. Determinação. Arquivamento. (TCE/RO. Primeira Câmara. Acórdão AC1-TC 00189/21, Proc. 01003/16. Rel. Cons. Valdivino Crispim de Souza, j. 02.04.2021). Grifo não original.

Em consequência disto, o presente caso demonstra ausência de utilidade e interesse processual na busca do resultado efetivo e útil na persecução administrativa, vez que o largo lapso transcorrido entre ação fiscalizatória realizada e a terceira etapa de monitoramento vulnerabilizou a aferição do cumprimento do Acórdão APL-TC 00055/22 – Proc. 1615/2021.

Salienta-se ademais, que a utilidade se configura na correta aplicação, pelo Julgador, da norma jurídica conforme o seu convencimento, bem como no resultado útil do provimento que se busca.

Nota-se que no presente caso, a prolongação da marcha processual se demonstra inviável e contraproducente, tendo em vista que a informação prestada pelo Corpo Técnico, até então, permite concluir para um esvaziamento no interesse da agir da Egrégia Corte de Contas.



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

Neste sentido, cita-se a jurisprudência do Insigne Tribunal de Contas do Estado de Rondônia:

ADMINISTRATIVO. INSPEÇÃO ESPECIAL. AQUISIÇÃO DE VACINAS ENCERRADA AINDA NA FASE INICIAL DE NEGOCIAÇÃO, SEM A CONSTATAÇÃO DE PREJUÍZOS AO ERÁRIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PROCESSO QUE NÃO SE DESENVOLVEU DE FORMA VÁLIDA E REGULAR. EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

Diante da falta de interesse de agir da Corte de Contas na persecução processual, ao se evidenciar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, deve ser arquivado os autos, sem resolução de mérito, a teor do art. 485, inciso IV e §3º do Código de Processo Civil (CPC) c/c art. 286-A do Regimento Interno, ainda, em homenagem aos princípios da economicidade e eficiência.

Verificada a ausência dos requisitos presentes no art. 247-A, § 1º, incisos I e II, do Regimento Interno, deve ser promovida a publicidade ao processo, com substrato no art. 5º, inciso LX, da Constituição Federal c/c art. 189 do CPC, bem como no art. 247-A, § 3º, do Regimento Interno.

Extinção sem resolução de mérito. Retirada de sigilo dos autos. Arquivamento.

(TCE/RO. Proc. 0814/2021. Acórdão n. 270/21-Plenário. Rel. Cons. Valdivino Crispim de Souza, j. 16.11.2021). Grifou-se.

Portanto, no presente caso se demonstra viável a aplicação dos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual.

Consequentemente, traduz-se em decisão mais justa e equânime, a extinção do feito sem resolução do mérito, pela inviabilidade do alongamento da instrução probatória, a qual se torna atentatória à racionalidade administrativa, a seletividade das ações de controle.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR ERNESTO TAVARES VICTORIA

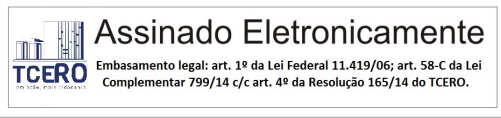
**Diante do exposto,** em assentimento com o entendimento da Unidade Técnica (ID 1828197), afeto ao teor do art. 80, I, da Lei Complementar n. 154/96, o Ministério Público de Contas opina, com sucedâneo no art. 485, VI, do CPC c/c art. 99-A, da Lei Complementar n. 154/96, seja **extinto o feito sem resolução do mérito**, ante a ausência de justa causa no prolongamento da instrução processual, comportando a aplicação dos princípios da racionalidade administrativa, seletividade das ações de controle, outrossim da economia processual.

É o parecer.

Porto Velho/RO, 30 de setembro de 2025.

**ERNESTO TAVARES VICTORIA**  
Procurador do Ministério Público de Contas

Em 30 de Setembro de 2025



ERNESTO TAVARES VICTORIA  
PROCURADOR